



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAL**

**Lei Municipal nº 341 de 2019.**

*“DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DA RECEITA E  
FIXAÇÃO DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CARNAUBAL  
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.”*

O Prefeito Municipal de Carnaubal, Antônio Ademir Barroso Martins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal de Carnaubal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** – Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Carnaubal para o Exercício Financeiro de 2020, compreendendo:

**I – Orçamento Fiscal**, referente aos poderes Executivo e legislativo do Município, seus Órgão, Entidades e Fundos instituídos, da Administração Direta mantida pelo Poder Público Municipal.

**II – Orçamento da Seguridade Social**, abrangendo todos os Órgãos e entidades da Administração Direta a ele vinculado, bem como, dos Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 2º.** – **A RECEITA ORÇAMENTÁRIA**, Correntes e de Capital, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, é estimada em R\$. 53.468.671,66 (Cinquenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), discriminadas em anexos, parte integrante desta Lei.

**Art. 3º.** – **A DESPESA ORÇAMENTÁRIA**, Fiscal e da Seguridade Social no mesmo valor da Receita Orçamentária no valor de R\$. 53.468.671,66 (Cinquenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), desdobradas nos seguintes agregados:

**I – Orçamento Fiscal**, em R\$ 40.558.722,48 (quarenta milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e dois reais, quarenta e oito centavos).

**II – Orçamento da Seguridade Social**, em R\$ 12.909.949,18 (doze milhões, novecentos e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais, dezoito centavos).

**Art. 4º.** – A despesa fixada à conta de recursos previstos no presente orçamento, observada a programação constante do detalhamento das ações em anexo, apresenta por órgãos o desdobramento de que trata os quadros, anexo a esta Lei.

**Parágrafo Único:** O Poder Executivo poderá:

**I** – Designar Órgãos Centrais para movimentar dotações atribuídas às unidades Orçamentárias;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAL**

**II** - Remanejar, transpor, ou transferir total ou parcialmente, as categorias de programação constante desta Lei, até o nível de Elemento de Despesa, mantido o respectivo valor total do detalhamento por esfera orçamentária e/ou conta orçamentária e fonte de recursos, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada órgão ou unidade orçamentária.

**Art. 5º.** - Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal 4.320/64, autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do exercício financeiro de 2020, na forma preconizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2020, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes nesta Lei, bem como, para promover ajustes de programação por insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

**I** – utilizando-se como fontes compensatórios a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais referidos no inciso III, do § 1º, do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 até o limite de 80% (oitenta por cento) da despesa autorizada para o poder Executivo;

**II** – utilizando-se a fonte de recurso previsto no inciso I do § 1º e 2º do artigo 43 da Lei 4.320/64, denominada de superávit financeiro, até o limite da diferença entre ativo e passivo financeiro apurado no Balanço Patrimonial Consolidado do Exercício de 2019;

**III** – utilizando-se da fonte de recursos de Excesso de Arrecadação em bases constantes, dos recursos do Tesouro, considerando o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a receita prevista para o Exercício e a efetivamente realizada até o mês em alcance;

**IV** – utilizando-se da fonte do Excesso de Arrecadação em bases constantes, por força do ingresso de novos recursos oriundos de Convênios/Programas Específicos, implantados por outras esferas de Governo, que impliquem no aumento de despesas em dotação orçamentária já constante no Orçamento, sem provisão do incremento destas;

**V** – utilizando-se como fonte de recursos proveniente de Operações de Créditos;

**VI** – utilizando-se da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos nesta Lei, somente para Suplementação de Despesas relativas a:

- a)- Investimentos;
- b)- Pessoal e Encargos Sociais;
- c)- Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;
- d)- Incrementação de Despesas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;
- e)- Outros Passivos Contingentes;

**Parágrafo Único** – O percentual a que se refere o art. 5º passará a incidir sobre o valor acrescido pelos créditos adicionais aberto na forma deste artigo.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAL**

**Art. 6º.** – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Créditos, observadas as prescrições constitucionais e cumprida as exigências mencionadas nos artigos 32 a 38 da Lei Complementar 101/2000, de 4 de maio de 2000.

**Parágrafo Único** – Ao realizar Operações de Créditos, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder garantias, mediante vinculações de parcelas de recursos oriundos da Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e/ou do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ou de outras fontes do Tesouro Municipal.

**Art. 7º.** – Fica revisado (incluídas e/ou alterados), automaticamente, no Plano Plurianual – PPA, pertinente ao exercício financeiro de 2020, os programas e ações, bem como os valores, constantes da presente Lei.

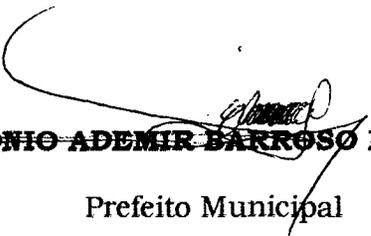
**Art. 8º.** – Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar o valor global do projetos, oriundos de recursos programados no OGU (Orçamento Geral da União) e o/ou transferidos voluntariamente de Órgãos Estaduais e Federais.

**Art. 9º.** – Os Créditos Especiais e Extraordinários autorizados no último quadrimestre do exercício financeiro de 2019 quando reabertos na forma do § 2 do Art. 167 da Constituição Federal, serão relançados em conformidade com a classificação adotada nesta Lei.

**Art. 10º.** – O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compartilhar as despesas à efetiva realização das Receitas, para garantir as metas de resultado primário.

**Art. 11º.** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, operando efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

**Paço da Prefeitura Municipal de Carnaubal-CE, 21 de novembro de 2019.**

  
**ANTÔNIO ADEMIR BARROSO MARTINS**

Prefeito Municipal